DocuSign Envelope ID: 8FECD355-9EFD-4E41-A785-E9801A5F5D5F

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Destacamos os seguintes fatos no segundo semestre de 2022:

Contexto econômico

O segundo semestre de 2022 foi marcado por importantes acontecimentos tanto no cenário internacional como no local, que apontaram para um cenário de incerteza nas principais economias mundiais.

Sobre o Brasil, a conjuntura macroeconômica indicou, no segundo semestre, sinais de desaceleração por conta dos impactos gerados pelo forte aperto monetário, em que a manutenção da SELIC a 13,75% começou a dar sinais do esfriamento no nível de investimentos e aumento do endividamento das famílias, o que culminou na redução da propensão do consumo das famílias e geração de renda. Vale destacar o cenário pré e pós-eleitoral que também impactou o nível de atividade econômica. O consumo das famílias caiu 2,3% em novembro ante outubro e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 1,2%, na mesma base de comparação. Assim observamos uma desaceleração dos grandes segmentos em decorrência do encarecimento do custo de acesso ao crédito e da elevação na inadimplência reforçado ainda pelo cenário de incerteza promovido pelas eleições presidenciais que aconteceram em outubro do ano passado e o fantasma dos riscos fiscais do país nos próximos anos, o que tem acuado investidores e provocado muita volatilidade nos mercados.

No panorama global, as tensões geopolíticas envolvendo o conflito entre Rússia e Ucrânia continuaram pesando sobre o setor de energia na Europa, o que resultou em uma pressão inflacionaria na zona do Euro. Os temores de uma possível recessão na Europa em 2023 continuam assombrando os mercados, mas de fato a economia europeia se sobressaiu bem em 2022, com alguns destaques como a Alemanha, cujo PIB teve avanço de 1,9% no ano. Parte dessa melhora econômica apareceu no 4T22, pelo efeito de recuperação na produção e consumo após o fim dos *lockdowns* no começo do ano. Além disso, o desempenho mais forte foi sustentado pelo suporte fiscal do governo alemão no setor de energia e a melhora da produção de automóveis que vinha sendo prejudicada pelos gargalos na cadeia de chips semicondutores.

Nos Estados Unidos, os dados do último trimestre apontaram para um cenário diferente do que foi observado nos 9M22 e colocou em pauta o crescimento em 2023. Nos 9M22, o pleno emprego e estímulo ao consumo pressionaram a inflação, que obrigou o FED a endurecer sua política monetária. Já no 4T22, grandes empresas começaram a dar sinais de desaceleração em investimentos e até promover demissões em massa no setor de tecnologia. No lado do consumo, também foi observado uma diminuição de ritmo, como vimos nos dados divulgados por lá. Por exemplo, as vendas no varejo caíram 1,1% em dezembro juntamente com a queda de 0,5% nos preços do atacado quando comparado ao mês anterior. Seguindo essa linha, a produção industrial recuou 0,7% no fim do ano. Outro ponto de atenção foi o desempenho menos animador dos bancos americanos, reflexo dessa queda na atividade e de uma postura mais restritiva adotada pelo FED ao longo de 2022 – com objetivo de controlar a inflação. O paradoxo é que o panorama do 4T22 gerou condições mais favoráveis para a acomodação da inflação e o *soft landing* da política monetária.

Em contrapartida, o PIB chinês superou as expectativas de mercado e avançou 3% no ano de 2022, com um avanço de 2,9% no quarto trimestre do ano passado ante o mesmo período de 2021, principalmente pela flexibilização da abertura econômica na pandemia. O crescimento econômico do país é consequência das fortes vendas no varejo em dezembro estimulada pelo aumento nas vendas de automóveis, à produção industrial em alta e ao aumento dos investimentos em ativos fixos. Isso tudo é fruto de uma recuperação cíclica de crescimento devido a normalização contínua de viagens e negócios em detrimento do afrouxamento da política "Covid Zero" diminuindo os gargalos comerciais e promovendo a liberação parcial do excesso de poupança da população.

As combinações supracitadas fortaleceram o cenário de incerteza global que se arrastaram para o ano de 2023 indicando uma desaceleração econômica e possível recessão nas principais economias. Insegurança quanto a responsabilidade fiscal do novo governo no Brasil é o grande tema a ser observado.

Desempenho dos negócios

A área de Mercado de Capitais manteve o forte desempenho na estruturação e distribuição de dívidas e continuou a implementação de sua estratégia de utilização de capital como garantia firme meio para diversificar suas estruturações e acessar novos produtos, principalmente debêntures. No ano de 2022, a área totalizou R$ 5,65 bilhões em emissões estruturadas. No quarto trimestre de 2022, o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") atuou como Coordenador Líder em 6 operações de emissão de CRIs, 4 operações de FII, 1 operação de Debêntures e 1 operação de CCB totalizando mais de R$ 1,28 bilhões emitidos.

O Banco continuou a crescer a carteira de ativos, principalmente nos CRI's, CRA's e Debêntures originados pela área de Mercado de Capitais, e encerrou o quarto trimestre de 2022 com uma carteira de R$1,5 bilhão de títulos privados e *Bridge Loans*. É importante ressaltar que 100% dessa carteira é composta por títulos de empresas que o BR Partners atua como estruturador das dívidas e analisa profundamente o risco de cada emissor.

Além disso, nossa área de Captação, criada em meados de 2020, continua abrindo relacionamento e limites em depósitos com clientes institucionais, corporativos e plataformas. Como consequência, o Banco tem mantido um adequado prazo médio de sua captação com terceiros, que atingiu 234 dias ao final de dezembro de 2022.

Desempenho financeiro

O total de ativos do Banco fechou o segundo semestre de 2022 em R$ 7.765 milhões e o patrimônio líquido com R$ 673,5 milhões. O resultado de intermediação financeira, no segundo semestre, alcançou R$ 69 milhões. O Banco obteve um lucro líquido de R$ 60 milhões.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

O Banco não possui política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas através de AGO/AGE. A distribuição de dividendos ocorre de acordo com o previsto no Estatuto Social do Banco, conforme deliberações dos acionistas em sede de AGO/AGE.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Circulante		**7.101.307**	**2.465.158**
Disponibilidades	5	**20.041**	**10.734**
Instrumentos financeiros		**7.053.872**	**2.391.346**
Títulos e valores mobiliários	6a	7.022.794	2.356.218
– Carteira própria		1.956.269	1.079.201
– Vinculados a compromisso de recompra		5.047.653	1.249.784
– Vinculados à prestação de garantias		18.872	27.233
Instrumentos financeiros derivativos	7a	15.822	34.428
Operações de crédito	8a	15.276	707
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	(20)	(7)
Outros ativos	9a	**27.394**	**63.078**
– Rendas a receber		1.553	806
– Diversos		24.122	61.308
– Despesas antecipadas		1.719	964
Não circulante		**664.151**	**464.600**
Realizável a longo prazo		**637.936**	**459.021**
Instrumentos financeiros		**518.731**	**404.831**
Títulos e valores mobiliários	6a	98.442	230.548
– Carteira própria		98.442	230.548
Instrumentos financeiros derivativos	7a	312.300	160.440
Operações de crédito	8a	108.140	13.936
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	(151)	(93)
Outros ativos	9a	**106.294**	**39.900**
– Rendas a receber		–	355
– Diversos		105.717	39.057
– Despesas antecipadas		577	488
Créditos tributários	14b	**12.911**	**14.290**
Imobilizado de uso	10a	**20.559**	**8.243**
Intangível	10b	**12.719**	**4.082**
(-) Depreciação e amortização		**(7.063)**	**(6.746)**
Total do ativo		**7.765.458**	**2.929.758**

Passivo	Nota	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Circulante		**6.485.503**	**1.863.164**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**6.376.464**	**1.735.284**
Depósitos	11	1.121.738	473.773
Operações compromissadas	11	4.983.415	1.228.129
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	237.251	10.321
Carteira de câmbio	12	4.348	–
Instrumentos financeiros derivativos	7a	29.712	22.618
Outros passivos		–	443
Provisões		**48.101**	**89.609**
Sociais e estatutárias	15d	15.300	–
Fiscais e previdenciárias	13a	6.807	9.235
Diversas	13b	25.994	80.374
Obrigações fiscais diferidas	14b	**60.938**	**38.271**
Não circulante		**606.423**	**432.952**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**606.423**	**432.952**
Depósitos	11	223.468	322.967
Recursos de aceites e emissão de títulos	11	222.679	48.856
Instrumentos financeiros derivativos	7a	160.275	61.007
Outros passivos		1	122
Patrimônio líquido		**673.532**	**633.642**
Capital social	15a	554.200	554.200
Reservas de lucros		123.211	81.122
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.879)	(1.680)
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.765.458**	**2.929.758**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		**431.424**	**685.498**	**170.229**
– Operações de crédito		15.357	19.925	4.077
– Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		156.685	319.723	65.473
– Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7f	258.288	347.307	94.201
– Resultado de operações de câmbio		1.094	(1.457)	6.478
Despesas da intermediação financeira		**(362.041)**	**(536.892)**	**(64.564)**
– Operações de captação no mercado		(363.113)	(537.141)	(64.641)
– (Provisão)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1.072	249	77
Resultado bruto da intermediação financeira		**69.383**	**148.606**	**105.665**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(30.025)**	**(56.849)**	**(46.535)**
– Receitas de prestação de serviços	17a	22.350	39.880	25.558
– Rendas de tarifas bancárias		5	23	11
– Despesas de pessoal	17d	(24.573)	(46.788)	(46.357)
– Despesas administrativas	17c	(23.053)	(41.472)	(21.404)
– Despesas tributárias		(6.957)	(12.548)	(5.539)
– Outras receitas	17b	3.157	5.104	2.954
– Outras despesas	17e	(954)	(1.048)	(1.758)
Resultado operacional		**39.358**	**91.757**	**59.130**
– Resultado não operacional		912	(235)	103
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**40.270**	**91.522**	**59.233**
Imposto de renda e contribuição social		**(8.970)**	**(29.847)**	**(26.238)**
– Imposto de renda	14a	5.251	(362)	(19.628)
– Contribuição social	14a	2.854	(3.640)	(16.265)
– Ativo fiscal diferido	14b	(17.075)	(25.845)	9.655
Participações estatutárias no lucro		**(717)**	**(1.586)**	**(690)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**30.583**	**60.089**	**32.305**
Número de ações		554.200	554.200	554.200
Lucro por ação – R$		55,18	108,42	58,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Especial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**200.000**	**2.369**	**46.448**	**–**	**–**	**248.817**
Aumento de capital social	354.200	–	–	–	–	354.200
Ajuste a valor de mercado de TVM	–	–	–	(1.680)	–	(1.680)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	32.305	32.305
Destinação do lucro líquido - Reservas	–	1.615	30.690	–	(32.305)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**554.200**	**3.984**	**77.138**	**(1.680)**	**–**	**633.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**554.200**	**3.984**	**77.138**	**(1.680)**	**–**	**633.642**
Ajuste a valor de mercado de TVM	–	–	–	(2.199)	–	(2.199)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	60.089	60.089
Destinação do lucro líquido						
– Constituição de reservas	–	3.004	39.085	–	(42.089)	–
– Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(18.000)	(18.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**554.200**	**6.988**	**116.223**	**(3.879)**	**–**	**673.532**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Lucro líquido do semestre/exercício	**30.583**	**60.089**	**32.305**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**(1.468)**	**(2.199)**	**(1.680)**
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
– Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.669)	(3.998)	(3.055)
– Efeitos tributários	1.201	1.799	1.375
Resultado abrangente do semestre/exercício	**29.115**	**57.890**	**30.625**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2º semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Lucro líquido do semestre/exercício		**30.583**	**60.089**	**32.305**
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.013)	(2.621)	3.329
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		947	1.965	(50)
Provisão para contingências		916	694	272
Despesas de depreciação e amortização		3	317	1.091
Impostos diferidos		15.874	24.644	19.290
Lucro líquido ajustado		**47.310**	**85.088**	**56.237**
Variações de ativos e obrigações operacionais				
Diminuição em aplicações interfinanceiras de liquidez		8.290	–	–
(Aumento) em títulos e valores mobiliários – negociação		(2.121.066)	(4.044.263)	(1.861.057)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(60.358)	(26.892)	(88.610)
Diminuição em operações de crédito		(24.681)	(110.667)	14.309
Diminuição em operações de câmbio ativa		18.066	–	28.095
(Aumento) em outros ativos		(40.697)	(30.710)	(97.526)
Aumento/ (diminuição) em depósitos		378.227	548.466	499.294
Aumento/(diminuição) em provisões		20.372	(24.213)	75.201
(Diminuição)/ aumento em captações no mercado aberto		1.753.334	3.755.286	1.228.129
(Diminuição)/ aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		304.024	400.753	52.156
Aumento/ (diminuição) em carteira de câmbio passivo		(18.210)	4.348	(29.616)
Aumento/ (diminuição) em outros passivos		–	(565)	(652)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.192)	(17.988)	(379)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais		**254.419**	**538.643**	**(124.419)**
Atividades de investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(286.291)	(569.497)	(292.448)
Baixa de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		50.698	76.496	33.913
Aquisição de imobilizado de uso	10a	(959)	(12.318)	(3.331)
Aplicações no ativo intangível	10b	(2.199)	(8.638)	(276)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		**(238.751)**	**(513.957)**	**(262.142)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital social		–	–	354.200
Juros sobre capital próprio	15d	(18.000)	(18.000)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(18.000)**	**(18.000)**	**354.200**
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.332)**	**6.686**	**(32.361)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		21.360	10.734	46.424
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.013	2.621	(3.329)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	20.041	20.041	10.734
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		**(2.332)**	**6.686**	**(32.361)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 23/02/2023 | 22:23:46 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 8FECD355-9EFD-4E41-A785-E9801A5F5D5F

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional

O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco" ou "Banco BR Partners"), tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. O Banco BR Partners é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela BR Advisory Partners Participações S.A. e pela BR Partners Holdco Participações S.A.. As operações são conduzidas no conjunto das empresas integrantes do Grupo BR Partners. A matriz do Banco está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 9 de fevereiro de 2023.

3. Principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco, e também, a sua moeda de apresentação.

b. Conversão de moedas Estrangeiras

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, facultou a utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal e reconhecida no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculados "pro-rata" com base na taxa efetiva das operações. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

e. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

São títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante independente de suas datas de vencimento e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado. Segundo a Circular nº 3.068/2001, os títulos e os valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são considerados como circulante, independente de suas datas de vencimento.

ii. Títulos disponíveis para venda

Aqueles não enquadrados nem como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos em contas de resultado quando da efetiva realização.

iii. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas incorridas.

f. Instrumentos financeiros derivativos e *Hedge Accounting*

Derivativos

A utilização dos derivativos está de acordo com sua Política de Gestão de Riscos. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos (*mark-to-market*). Diariamente são verificadas as oscilações das variáveis de mercado que influenciam no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, e são incorporadas automaticamente em seu valor. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para *Hedge Accounting,* estão classificados na categoria de *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para avaliar a eficácia da estratégia, o Banco adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Banco mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme evidenciado na nota explicativa 7g.

g. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consistem, principalmente, em títulos para negociação e disponíveis para venda, incluindo derivativos. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

h. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos inerentes à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e pelas diretrizes do Bacen, as operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro-rata* dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. É vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão constituída e controladas em contas de compensação por cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial e, caso ocorra algum recebimento, os ganhos são reconhecidos no resultado. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

i. Tributos sobre o lucro

i. Tributos correntes

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social (com efeito da MP nº 1.115)	21%
PIS	0,65%
COFINS	4%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Media Provisória nº 1.115, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelos Bancos, passando de 20% para 21%, com efeito até 31 de dezembro de 2022.

ii. Tributos diferidos

Os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 14c, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, em consonância com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020.

j. Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação (10% ao ano).

k. Intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos basicamente por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Resolução do CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados, intangível e demais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou perdas em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e Carta Circular nº 3.429/10 do Bacen.

i. Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii. Passivos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando os assessores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chance de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores nas notas explicativas.

iii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: São demandas judiciais que possam ser contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

n. Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro–rata"* dia.

o. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e nº 4.638/18 do CMN. As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

p. Benefícios à empregados

i. Benefícios de curto prazo e longo prazo

O Banco possui benefícios de curto prazo: Participação no resultado, benefícios não monetários e licenças de curto prazo enquadram-se nessa categoria.

O Banco não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

ii. Benefícios rescisórios

O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

iii. Participação nos lucros

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em sindicato.

As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. Essas despesas foram registradas na conta de "Despesas administrativas".

q. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

r. Resultado recorrente e não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2/2020, o resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros (nota 17(h)).

4. Gerenciamento de Risco

No curso normal de suas operações, o Banco é exposto a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Banco visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios do Banco. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e *Compliance*, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de basileia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial do Banco BR Partners são: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento exclusivos, Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital").

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Patrimônio de referência	**663.360**	**632.783**
Nível I	**663.360**	**632.783**
Capital principal	663.360	632.783
Exposição total ponderada pelo risco	**2.727.479**	**1.834.927**
Risco de Crédito	1.316.057	874.706
Risco de Mercado	1.172.206	850.558
Risco Operacional	239.216	109.663
Índice de Basileia	**24,32%**	**34,49%**
Nível I (IN1)	24,32%	34,49%
Capital principal (ICP)	24,32%	34,49%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

b. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias ("*commodities*"), sobre as posições da carteira do Banco. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias ("*commodities*"), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR ("*Value at Risk*"), análise de sensibilidade e *Stress Testing*. O IRRBB ("*Interest Rate Risk of Banking Book*") é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira *banking*. Os riscos da carteira *banking* são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico ("*Economic Value of Equity*" – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de Risco), na carteira de não negociação ("*Banking*") ou na carteira de negociação ("*Trading*"). Para a carteira *Trading,* utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros ("DV01"), observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Banco. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo à efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

O Banco avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com relação aos contratos com cliente.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Banco dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos do Banco quanto fatores externos. O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Banco é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco.

e. Risco cambial

O Banco está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar ou ao Euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

5. Disponibilidades

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Depósitos bancários – Banco Itaú	2	1
Reservas livres	569	1.387
Disponibilidades em moedas estrangeiras [1]	19.470	9.346
Total	**20.041**	**10.734**

[1] Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no *JP Morgan Chase Bank New York* e *JP Morgan AG Frankfurt.*

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 23/02/2023 | 22:23:53 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 8FECD355-9EFD-4E41-A785-E9801A5F5D5F

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do Bacen, nas categorias para negociação e disponível para venda. Os saldos da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Resumo da carteira

Títulos e Valores Mobiliários	Valor de Custo	Ganhos (Perdas) não realizados	Saldo em 31/12/2022 Valor de mercado/ contábil	Saldo em 31/12/2021 Valor de mercado/ contábil
- Carteira própria	2.079.592	(24.881)	2.054.711	1.309.749
- Vinculados a compromisso de recompra	5.173.091	(125.438)	5.047.653	1.249.784
- Vinculados à prestação de garantias	19.200	(328)	18.872	27.233
Total da carteira	**7.271.883**	**(150.647)**	**7.121.236**	**2.586.766**
Segregação por categoria:				
Títulos para negociação	6.483.588	(143.317)	6.340.271	2.329.173
Títulos disponíveis para venda	788.295	(7.330)	780.965	257.593
Total por categoria	**7.271.883**	**(150.647)**	**7.121.236**	**2.586.766**

b. Títulos para negociação

	Valor de Custo	Ganhos (Perdas) não realizados	Saldo em 31/12/2022 Valor de mercado/ contábil	Saldo em 31/12/2021 Valor de mercado/ contábil
Carteira própria				
Títulos públicos				
– Letra do Tesouro Nacional – LTN (1)	–	–	–	29.991
– Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	1.109.649	(18.372)	1.091.277	345.206
Títulos Privados				
– Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	139.991	(1.386)	138.605	260.126
– Debêntures (5)	13.747	(46)	13.701	49.489
– Certificado de Recebíveis do Agronegócio (6)	136	(1)	135	15.822
Cotas de Fundos de Investimento				
– Cotas de Fundos de Investimentos (2)	356.779	–	356.779	324.688
– Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (3)	40.713	(999)	39.714	26.834
Vinculados a operações compromissadas				
– Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	4.505.941	(118.147)	4.387.794	1.249.784
– Debêntures (5)	124.060	(2.546)	121.514	–
– Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	120.014	(967)	119.047	–
– Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	53.358	(525)	52.833	–
Vinculados a prestação de garantias				
– Nota do Tesouro Nacional – NTN-B (1)	19.200	(328)	18.872	27.233
Total	**6.483.588**	**(143.317)**	**6.340.271**	**2.329.173**

c. Títulos disponíveis para venda

	Valor de Custo	Ganhos (Perdas) não realizados	Saldo em 31/12/2022 Valor de mercado/ contábil	Saldo em 31/12/2021 Valor de mercado/ contábil
Carteira própria				
Títulos Privados				
– Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	211.610	(1.368)	210.242	147.588
– Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	36	–	36	83.170
– Debêntures (5)	87.188	(936)	86.252	–
– Cédula do Produto Rural (7)	50.215	(512)	49.703	–
– Nota Comercial	33.864	(346)	33.518	–
– Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (3)	35.664	(915)	34.749	26.835
Vinculados a operações compromissadas				
– Certificados de Recebíveis Imobiliários (4)	210.705	(1.420)	209.285	–
– Debêntures (5)	128.093	(1.623)	126.470	–
– Certificados de Recebíveis do Agronegócio (6)	30.920	(210)	30.710	–
Total	**788.295**	**(7.330)**	**780.965**	**257.593**

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) As cotas de fundo de investimento são representadas pelo Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM"). O Total FIM é administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no total de R$ 299.373 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 204.196 em 31 de dezembro de 2021). O restante são cotas de fundos de investimentos imobiliários listados em Bolsa no montante de R$ 57.406 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 120.492 em 31 de dezembro de 2021). O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. O Total FIM é constituído sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade por meio de oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira e renda variável, derivativos e *commodities* de forma que o Fundo fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

(3) As aplicações em Cotas de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios refletem o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período, e são ajustados por efeito da marcação a mercado apurado de acordo com a metodologia interna do Banco.

(4) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(5) As debêntures estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo remuneradas a 100% do IPCA + cupom de juros.

(6) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(7) As Cédulas do Produto Rural estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e sua valorização está atrelada ao CDI.

Composição por prazo de vencimento do papel

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo em 31/12/2022 Acima de 5 anos	Saldo em 31/12/2022 Valor de mercado	Saldo em 31/12/2021 Valor de mercado
Carteira própria	432.241	–	147.998	365.889	1.108.583	2.054.711	1.309.749
Vinculados a operações compromissadas	–	–	1.352	1.356.162	3.690.139	5.047.653	1.249.784
Vinculados à prestação de garantias	–	–	2.738	–	16.134	18.872	27.233
Total	**432.431**	**–**	**152.088**	**1.722.051**	**4.814.856**	**7.121.236**	**2.586.766**

Reclassificação: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários.

7. Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por indexador

	Saldo em 31/12/2022 Ativo Valor a receber	Ativo Valor nominal	Passivo Valor a pagar	Passivo Valor nominal
Swap	**312.463**	**6.078.923**	**(156.616)**	**2.946.681**
– IPCA x CDI	80.352	347.370	(63.423)	470.000
– CDI x Dólar	60.074	505.074	(9.424)	909.708
– CDI x IPCA	171.617	5.115.014	(49.133)	1.041.973
– CDI x CDI	420	111.465	–	–
– Dólar x CDI	–	–	(27.269)	200.000
– Pré x CDI	–	–	(7.367)	325.000
NDF	**15.053**	**748.518**	**(32.497)**	**1.369.038**
– Dólar x Pré	3.726	316.489	(26.485)	978.845
– Pré x Dólar	11.327	432.029	(5.071)	365.396
– Pré x Euro	–	–	(941)	24.797
Opções	**548**	**62.360**	**(874)**	**65.268**
– Compras de opções de compra	316	11.360	–	–
– Compras de opções de venda	232	51.000	–	–
– Vendas de opções de compra	–	–	(478)	54.568
– Vendas de opções de venda	–	–	(396)	10.700
Futuros	**58**	**322.011**	–	–
Posição vendida	58	322.011	–	–
– DAP	32	175.777	–	–
– DI1	26	146.234	–	–
Total	**328.122**	**7.211.812**	**(189.987)**	**4.380.987**

	Saldo em 31/12/2021 Ativo Valor a receber	Ativo Valor nominal	Passivo Valor a pagar	Passivo Valor nominal
Swap	**153.783**	**2.994.787**	**(62.058)**	**1.155.791**
– IPCA x CDI	–	–	(14.835)	470.000
– CDI x Dólar	29.034	466.637	(1.056)	40.791
– CDI x IPCA	39.132	1.980.780	(46.167)	645.000
– IPCA x Pré	83.274	347.370	–	–
– Dólar x CDI	2.343	200.000	–	–
NDF	**41.023**	**1.001.991**	**(21.567)**	**868.054**
– Dólar x Pré	10.176	205.976	(10.746)	706.901
– Pré x Dólar	30.847	796.015	(10.821)	161.153
Futuros	**62**	**86.241**	–	–
Posição vendida	62	86.241	–	–
– DI1	62	86.241	–	–
Total	**194.868**	**4.083.019**	**(83.625)**	**2.023.845**

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 235.406 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 99.947 em 31 de dezembro de 2021), registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Redutor de risco de crédito	Saldo em 31/12/2022 Valor de mercado	Saldo em 31/12/2021 Valor de mercado
Ativo					
– *Swap*	(5.238)	319.202	(1.501)	312.463	153.783
– NDF	3.938	11.193	(78)	15.053	41.023
– Opções	995	(442)	(3)	548	–
– Futuros	58	–	–	58	62
Total	**(247)**	**329.953**	**(1.582)**	**328.122**	**194.868**
Passivo					
– *Swap*	(97.810)	(58.954)	148	(156.616)	(62.058)
– NDF	(31.803)	(757)	63	(32.497)	(21.567)
– Opções	(848)	(28)	2	(874)	–
Total	**(130.461)**	**(59.739)**	**213**	**(189.987)**	**(83.625)**

c. Composição por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Ativo						
– *Swap*	839	996	95.991	214.637	312.463	153.783
– NDF	8.320	5.116	1.617	–	15.053	41.023
– Opções	233	317	–	–	548	–
– Futuros	–	1	57	–	58	62
Total	**9.392**	**6.430**	**97.665**	**214.637**	**328.122**	**194.868**
Passivo						
– *Swap*	(263)	(1)	(80.721)	(75.631)	(156.616)	(62.058)
– NDF	(9.976)	(18.598)	(3.923)	–	(32.497)	(21.567)
– Opções	(477)	(397)	–	–	(874)	–
Total	**(10.716)**	**(18.996)**	**(84.644)**	**(75.631)**	**(189.987)**	**(83.625)**

d. Valor referencial por local de negociação

	Bolsas	Balcão (B3)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Swap	–	9.025.604	9.025.604	4.150.578
NDF	–	2.117.556	2.117.556	1.870.045
Opções	–	127.628	127.628	–
Futuros	322.011	–	322.011	86.241
Total	**322.011**	**11.270.788**	**11.592.799**	**6.106.864**

e. Valor referencial por contraparte

	Pessoa jurídica	Outros	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Swap	9.025.604	–	9.025.604	998.227
NDF	2.117.556	–	2.117.556	566.291
Opções	127.628	–	127.628	–
Futuros	–	322.011	322.011	–
Total	**11.270.788**	**322.011**	**11.592.799**	**1.564.518**

f. Resultado com instrumentos financeiros derivativos por produto

	Segundo semestre de 2022 Receitas	Despesas	Resultado do semestre	Saldo em 31/12/2022 Receitas	Despesas	Resultado do exercício	Saldo em 31/12/2021 Resultado do exercício
Swap	352.957	(70.898)	282.059	515.580	(222.768)	292.812	48.881
NDF	120.854	(136.861)	(16.007)	329.043	(276.802)	52.241	45.374
Opções	3.436	(4.803)	(1.367)	13.849	(7.817)	6.032	–
Futuros	15.581	(21.978)	(6.397)	40.873	(44.651)	(3.778)	(54)
Total	**492.828**	**(234.540)**	**258.288**	**899.345**	**(552.038)**	**347.307**	**94.201**

g. Derivativos designados como contabilidade de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a estratégia de *hedge* de valor justo consiste na utilização de contratos futuros para mitigar as exposições de taxas de juros das captações prefixas e pós-fixadas. Os instrumentos designados para a relação de *hedge*, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP).

	Saldo em 31/12/2022 Objetos de *Hedge*			Instrumentos de *Hedge* (1)	
Estratégia	**Valor contábil (Passivo)**	**Valor justo (Passivo)**	**Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)**	**Valor nominal**	**Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge***
Risco de taxa de juros *Hedge* de Captações (2)					
Captações prefixadas	146.234	146.636	2.598	121.457	(2.168)
Captações pós-fixadas	178.049	176.635	2.414	178.049	(2.180)
Total	**324.283**	**323.271**	**5.012**	**299.506**	**(4.348)**

	Saldo em 31/12/2021 Objetos de *Hedge*			Instrumentos de *Hedge* (1)	
Estratégia	**Valor contábil (Passivo)**	**Valor justo (Passivo)**	**Variação no valor justo reconhecida no resultado (acumulado) (3)**	**Valor nominal**	**Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do *Hedge***
Risco de taxa de juros *Hedge* de Captações(2)	88.215	86.961	1.254	86.241	(1.308)
Total	**88.215**	**86.961**	**1.254**	**86.241**	**(1.308)**

(1) O Banco utiliza contratos futuros de DI e DAP, negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumento de proteção relacionado ao risco de taxa de juros das captações prefixadas e pós-fixadas selecionadas para *hedge.* Os ajustes diários relacionados aos contratos futuros estão registrados na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos". A variação no valor justo dos instrumentos representa a parcela da marcação a mercado dos futuros.

(2) Captações prefixadas ou pós-fixadas registradas na rubrica de "Depósitos", relacionadas ao produto Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), oriundo de recursos de clientes.

(3) Refere-se a variação acumulada do valor justo dos CDBs, desde o início da estratégia de *hedge* contábil.

h. Valor de compensação dos derivativos

O Banco contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), denominados como Contrato Global de Derivativos (CGD). O Banco utiliza o método de compensação para todos os derivativos contratados o que não representa risco para a Instituição, uma vez que não temos instrumentos financeiros não compensados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco não possui em seu balanço instrumentos financeiros em base líquida por não atenderem aos critérios de compensação ou por não ter a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Adicionalmente, não há contratos nos quais o Banco ou contraparte, tenham o direito de compensar as quantias a receber e a pagar dos contratos separados em caso de inadimplência.

8. Operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a. Composição por operações e por nível de risco

Níveis de risco	AA	A	B	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Operações de crédito					
– Empréstimos e títulos descontados	104.529	10.048	8.839	123.416	14.643
Outros Ativos financeiros					
– Títulos e outros créditos a receber (1)	107.816	6.476	–	114.292	42.280
Total	**212.345**	**16.524**	**8.839**	**237.708**	**56.923**
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**–**	**(83)**	**(88)**	**(171)**	**(100)**

(1) Refere-se a Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) adquiridas no primeiro semestre de 2021, registrados na rubrica de "Outros Ativos" (vide nota explicativa 9).

b. Composição por setor de atividade

Setor Privado	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Outros Serviços	228.869	46.920
Pessoas Físicas	8.839	10.003
Total	**237.708**	**56.923**

c. Composição por vencimento

Parcelas vincendas	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
De 1 a 30 dias	1.637	565
De 31 a 60 dias	10.731	310
De 61 a 90 dias	767	310
De 91 a 180 dias	2.108	909
De 181 a 365 dias	8.608	1.836
Acima de 365 dias	213.857	52.993
Total	**237.708**	**56.923**

d. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**150**
Constituição	439
Reversão	(489)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**100**
Constituição	1.006
Reversão	(935)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**171**

e. Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo

Não houve renegociação e/ou recuperação de operações de crédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 23/02/2023 | 22:23:58 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 8FECD355-9EFD-4E41-A785-E9801A5F5D5F

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros ativos

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Cédula de crédito imobiliário (1)	114.292	42.280
Outros valores	5.986	2.130
Serviços prestados a receber (2)	1.529	1.004
Despesas antecipadas	2.293	1.452
Imposto de renda e contribuições a compensar	8.235	252
Depósitos em garantia (3)	1.268	1.732
Adiantamentos e antecipações salariais	61	21
Valores a receber diversos	–	1.752
Pagamentos a ressarcir	24	158
Ativos financeiros a liquidar (4)	–	48.092
Adiantamento por conta de imobilizações	–	4.105
Total	**133.688**	**102.978**

(1) Refere-se a outros créditos com característica de crédito relacionado ao produto Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI).
(2) Refere-se majoritariamente a comissão sobre avais e fianças (Nota 17j).
(3) Valor referente a depósito de caução sobre o contrato de aluguel de imóvel utilizado pelo Banco corrigido ao índice de caderneta de poupança no montante de R$ 1.194 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.107 em 2021) e depósitos judiciais trabalhistas no montante de R$ 74 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 625 em 2021).
(4) Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 48.092 refere-se ao compromisso firme de compra (negociação a termo) de debêntures do setor de infraestrutura, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022, com o respectivo ingresso da custódia do ativo. Não houve posição em aberto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

10. Imobilizado e intangível

a. Imobilizado de uso

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2021	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2022
Equipamentos de informática e telefonia (1)	7.630	3.113	1.906	(989)	4.030
Móveis e equipamentos de uso (2)	2.424	22	2.265	(153)	2.134
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (2)	10.112	1.543	8.525	(507)	9.561
Outros (2)	393	41	305	(29)	317
Total	**20.559**	**4.719**	**13.001**	**(1.678)**	**16.042**

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2021
Equipamentos de informática e telefonia (1)	5.841	1.317	2.229	(433)	3.113
Móveis e equipamentos de uso (2)	336	30	12	(20)	22
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (2)	1.997	633	1.060	(150)	1.543
Outros (2)	69	14	30	(3)	41
Total	**8.243**	**1.994**	**3.331**	**(606)**	**4.719**

(1) O prazo de depreciação de 5 anos/ (2) O prazo de depreciação de 10 anos.

b. Intangível

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2021	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2022
Licença de uso de *software* (1)	1.422	700	11	(231)	480
Intangível em desenvolvimento	1.185	–	1.185	–	1.185
Outros intangíveis (2)	10.112	160	8.802	(453)	8.509
Total	**12.719**	**860**	**9.998**	**(684)**	**10.174**

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2021
Licença de uso de *software* (1)	2.652	639	276	(215)	700
Outros intangíveis	1.430	430	–	(270)	160
Total	**4.082**	**1.069**	**276**	**(485)**	**860**

(1) Para os Ativos intangíveis de licença de uso é utilizado o prazo de amortização fixado em contrato.
(2) Formado, substancialmente, pelos gastos relacionados ao desenvolvimento da Plataforma Digital do Banco.

11. Depósitos, Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Depósitos	**382.383**	**739.355**	**223.468**	**–**	**1.345.206**	**796.740**
- Depósitos Interfinanceiros	130.705	–	–	–	130.705	20.306
- Depósitos a Prazo (1)	251.678	739.355	223.468	–	1.214.501	776.434
Operações compromissadas	**4.983.415**	**–**	**–**	–	**4.983.415**	**1.228.129**
- Captações no mercado aberto (2)	4.983.415	–	–	–	4.983.415	1.228.129
Recursos de aceites e emissão de títulos	**172.928**	**64.323**	**219.000**	**3.679**	**459.930**	**59.177**
- Letras de Crédito Imobiliário (3)	126.327	26.867	36.639	3.679	193.512	59.177
- Letras de Crédito do Agronegócio (4)	46.601	1.652	–	–	48.253	–
- Letras Financeiras (5)	–	35.804	182.361	–	218.165	–
Total	**5.538.726**	**803.678**	**442.468**	**3.679**	**6.788.551**	**2.084.046**

(1) Para os Certificados de Depósito Bancário (CDB) prefixado a taxa de remuneração está entre 5,73% e 14,76% do DI e para os CDB pós-fixado a taxa de remuneração é de 100% e 140% do DI, 100% DI + 0,68% e 1,61% e DI de 1,48% e 13,09% + IPCA 0,37% e 7,90%.
(2) Para as operações compromissadas atreladas aos títulos públicos (NTN-B) a taxa de remuneração é de 13,65% e para os títulos privados (Debêntures, CRI e CRA) a taxa de remuneração é de 93% do DI.
(3) Para as Letra de Crédito Imobiliário (LCI) pós-fixadas, a taxa de remuneração está entre 89% e 100% do DI e 100% IPCA + 5,49% e 5,80%.
(4) Para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) pós-fixadas, a taxa de remuneração está entre 97% e 100% do DI.
(5) Para as Letras Financeira (LF) prefixadas a taxa de remuneração está entre 12,88% e 14,16% do DI, 100% do IPCA + 5,30% e 6,68% e para as LFs pós-fixadas a taxa de remuneração está entre 100% do DI + 1,77% e 1,76%.
As taxas de remuneração acima apresentadas, referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2022.

12. Carteira de câmbio (Passivo)

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Obrigações sobre câmbio vendido a liquidar	4.348	–
Total	**4.348**	**–**

13. Provisões

a. Fiscais e previdenciárias

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Provisões para IRPJ	4.233	6.566
Provisão para PIS e COFINS	246	911
Impostos e contribuições sobre salários	1.564	750
Provisão para ISS	227	135
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	162	76
Outros	375	797
Total	**6.807**	**9.235**

b. Diversas

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Despesas de pessoal	21.555	27.415
Outras despesas administrativas	2.245	3.024
Provisão para contingências (Nota 17(g))	1.478	1.468
Provisão para garantias financeiras	53	373
Resultado de exercícios futuros	274	–
Outros pagamentos	389	2
Aquisição de títulos privados (1)	–	48.092
Total	**25.994**	**80.374**

(1) O aumento observado na rubrica de "Diversas" refere-se, majoritariamente, ao compromisso firme de compra de debêntures (compra a termo) no montante de R$ 48.092, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022.

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Tributação sobre o resultado do exercício:

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro, deduzido das participações nos lucros	89.936	89.936	58.543	58.543
Alíquota (25% IR e 20% CS)	(22.459)	(18.430)	(14.612)	(11.709)
Adições/(exclusões) permanentes	8.078	3.294	11	9
Adições/(exclusões) temporárias	1.765	1.447	(5.364)	(4.291)
Marcação a mercado – TVM e derivativos	12.254	10.049	16.417	12.590
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(362)**	**(3.640)**	**(3.548)**	**(3.401)**
Ativo fiscal diferido	(1.765)	(1.412)	5.364	4.291
Passivo fiscal diferido	(12.593)	(10.075)	(16.080)	(12.864)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(14.720)**	**(15.127)**	**(14.264)**	**(11.974)**

b. Composição e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos passivos diferidos:

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa da Administração de apuração de lucros tributáveis futuros para realização do referido crédito tributário.

Ativo Diferido	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Diferenças temporárias	12.915	5.204	(8.382)	9.737
MtM de títulos disponíveis para venda	1.375	2.934	(1.135)	3.174
Total dos créditos tributários	**14.290**	**8.138**	**(9.517)**	**12.911**

Passivo Diferido	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Resultado líquido positivo sobre os TVM	38.271	38.792	(16.125)	60.938
Total dos créditos tributários	**38.271**	**38.792**	**(16.125)**	**60.938**

A Administração, em avaliação inicial, não identificou impactos relevantes em relação a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas instituições financeiras.

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Descrição	Previsão de realização	Valor presente
2023	9.979	8.900
2024	162	128
2025	147	104
2026	–	–
2027	714	403
A partir de 2028	1.909	709
Total	**12.911**	**10.244**

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do DI de 0,9581% em 31 de dezembro de 2022 (0,7691% em 2021). Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 554.200 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao valor de R$ 1 (um real) cada uma. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 554.200 (R$ 554.200 em 2021).

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2022 foram destinados R$ 3.004 totalizando um saldo de R$ 6.988 (R$ 1.615 totalizando um saldo de R$ 3.984 em 2021). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c. Reserva especial

A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira do Banco.
O Banco também poderá, a qualquer tempo, *ad referendum* da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar e pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores.
Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apurou juros sobre capital próprio a pagar ao seu acionista controlador BR Partners Participações Financeira Ltda., no montante bruto de R$ 18.000 (líquido de R$ 15.300). Em 2021 não houve apuração de juros sobre capital próprio.

16. Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

As operações entre partes relacionadas são majoritariamente em produtos de captação do Banco e as transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.
Em 31 de dezembro de 2022 existem Cartas de Fianças Bancárias prestadas para as empresas BR Partners Assessoria Financeira Ltda. nos valores de R$ 252 (e para as empresas BR Partners Assessoria Financeira Ltda. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. nos valores de R$ 235 e R$ 5.898 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2021	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Valores a receber/(pagar)				
– BR Advisory Partners Participações S.A.	–	423	–	180
– BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	–	2.051	–	1.433
– BR Partners Participações Financeira Ltda.	(15.300)	–	–	–
– BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	72	–	44
– BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	–	158	–	104
– BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.	–	72	–	44
– BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.	–	72	–	44
– BR Partners Outlet Brasília S.A.	–	72	–	44
– BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	–	72	–	44
Total	**(15.300)**	**2.992**	**–**	**1.937**
Depósitos a Prazo				
– BR Partners Holdco Participações S.A.	(4)	(70)	(3)	(98)
– BR Advisory Partners Participações S.A.	–	(59)	(1.165)	(510)
– BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	–	–	(171)	(7)
– BR Partners Assessoria Financeira Ltda.	(40.758)	(7.167)	(116.405)	(2.573)
– BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A.	(2.881)	(387)	(3.379)	(162)
– BR Partners Gestão de Recursos Ltda.	(6.751)	(607)	(6.607)	(102)
– BR Partners Investimentos Imobiliários S.A.	(1.471)	(181)	(2.204)	(69)
– BR Partners Participações Financeiras Ltda.	(685)	(77)	(648)	(1.088)
– BR Partners Outlet Brasília S.A.	(1.650)	(241)	(2.065)	(116)
– BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A.	(1.584)	(134)	(357)	(65)
– BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A.	(1.159)	(165)	(733)	(40)
– BR Partners Outlet Premium Fundo de Investimento em Participações – Multiestrategia	–	(2)	(69)	–
– BR Partners Pet S.A.	(971)	(456)	(1.011)	(55)
– Pessoas chave da Administração (1)	(1.051)	(128)	(496)	–
Total	**(58.965)**	**(9.674)**	**(135.313)**	**(4.885)**
Obrigações por Emissão de Letras				
Pessoal chave da Administração (1)	(13.005)	(1.299)	(5.774)	(295)
Total	**(13.005)**	**(1.299)**	**(5.774)**	**(295)**

(1) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração e encargo do pessoal-chave da Administração são representados pela sua diretoria estatutária e encontra-se registrada na linha despesas de pessoal.

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Pró-labore	11.150	473
Encargos sociais	2.230	95
Total	**13.380**	**568**

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:
• Diretores e membros dos conselhos administrativos da Instituição, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; e
• Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Instituição.

17. Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Comissões e colocação de títulos	22.095	39.200	23.368
Rendas de garantias prestadas	255	680	1.640
Outros	–	–	550
Total	**22.350**	**39.880**	**25.558**

b. Outras receitas

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Recuperação de despesas (1)	1.895	3.064	2.905
Reversão de provisões	1.122	1.122	42
Outras	140	918	7
Total	**3.157**	**5.104**	**2.954**

(1) Recuperação de despesas relacionadas a *Service Level Agreement* com empresas do Grupo BR Partners.

c. Despesas administrativas

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Despesas de processamento de dados	3.884	6.867	5.241
Despesas de serviços técnicos especializados	1.942	2.679	2.541
Despesas de serviços de terceiros	4.630	9.491	601
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.149	1.902	1.224
Despesas de aluguéis	3.683	5.936	1.763
Despesas de comunicações	1.647	3.119	1.760
Despesas de propaganda e publicidade	697	1.558	1.485
Despesas com amortização e depreciação	1.538	2.362	1.089
Despesas de viagem	746	1.383	867
Despesas de promoções e relações públicas	880	1.329	850
Despesas de condomínio	772	1.639	643
Despesas de manutenção e conservação de bens	241	423	382
Despesas de água, energia e gás	126	316	350
Despesas de serviços de segurança e vigilância	86	175	178
Despesas de publicações	141	283	260
Despesas de material	132	281	130
Despesas de transportes	80	127	83
Despesas de seguro	31	43	9
Outras despesas	648	1.559	1.948
Total	**23.053**	**41.472**	**21.404**

d. Despesas de pessoal

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Proventos	10.533	20.393	31.043
Encargos	4.722	9.222	10.507
Benefícios	2.752	5.041	3.559
Honorários	6.060	11.150	473
Outros	506	982	775
Total	**24.573**	**46.788**	**46.357**

continua …

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 23/02/2023 | 22:24:05 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 8FECD355-9EFD-4E41-A785-E9801A5F5D5F

BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Outras despesas

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Despesa de provisão passiva – contingência	916	1.000	272
Variação cambial	1	11	694
Descontos concedidos	37	37	388
Outros	–	–	404
Total	**954**	**1.048**	**1.758**

f. Participações estatutárias no lucro

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em seu sindicato.

As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. O montante registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.586 (R$ 690 em 2021).

O funcionário dispensado sem justa causa tem direito a extensão da assistência médica conforme cláusula prevista na convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Bancários.

g. Passivos contingentes

Provisões tributárias

No Banco não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Provisões cíveis

No âmbito cível há duas ações em andamento classificadas pelo nosso assessor jurídico como perda provável, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 290 (R$ 292 em 31 de dezembro de 2021). Não existem processos cíveis cujo risco seja possível.

Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 as ações trabalhistas classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível foi de R$ 131 (R$ 536 em 31 de dezembro de 2021). Os processos trabalhistas classificados como perda provável estão registrados sob o montante de R$ 1.187 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.176 em 31 de dezembro de 2021).

h. Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros. Com base nesse regramento, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes:

	2º Semestre de 2022	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(26)	1.121	–
Rendas de sublocação de imóvel	910	910	–

i. Seguros

O Banco possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de prêmio contratado pelo Banco totalizava R$ 7 (R$ 7 em 2021), e o Banco apresentava a seguinte apólice de seguro:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vidros	30
	Derrame vazamento de *sprinkles*	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600

j. Garantias, Avais e Fianças

Os Avais e Fianças prestados são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de Avais e Fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

São concedidos créditos por meio de Avais e Fianças conforme quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
Fianças bancárias prestadas	49.909	85.114
(-) Provisão para garantias financeiras prestadas	(53)	(373)
Total	**49.856**	**84.741**

k. Normas, alterações e interpretações de normas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Resolução CMN nº 4.966/21: A referida norma apresenta novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros no tocante ao cálculo de perdas esperadas, classificação, mensuração e designação/reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As alterações são mandatórias a partir de 1º de janeiro de 2025, e, por requerimento, em 31 de dezembro de 2022, o Banco elaborou o plano de ação para implementação das respectivas mudanças em consonância com o cronograma regulatório. Esse plano de implementação foi elaborado com o objetivo de avaliar impactos em políticas internas, sistemas e de processos, bem como definir aspectos de governança. A avaliação dos possíveis impactos decorrentes de sua adoção será concluída até a entrada em vigor da norma.

A DIRETORIA

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki – CRC 1SP184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Administradores do
BR Partners Banco de Investimento S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A., ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BR Partners Banco de Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP 014.428/O-6
André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214.007/O-2

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 23/02/2023 | 22:24:10 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/